

Processos de urbanização em diferentes sociedades

Rafael Ferreira de Souza

Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Especialista em Política e Planejamento Urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ e Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense - UFF

Resumo: O rápido processo de urbanização dos últimos quatro séculos pode ser considerado como uma das maiores transformações ocorridas no mundo a partir da expansão europeia e da consolidação do sistema capitalista. Este processo consolidou em seu desenvolvimento - com a passagem da manufatura para a grande indústria e a capacidade produtiva dada pelas altas escalas de produção - um meio urbano que se projeta como o motor da reprodução capitalista e determina as condições para o sistema como um todo. Nesse contexto, faz-se necessário salientar que a urbanização latina americana surge em um cenário marcado pela relação centro-periferia no qual essa última cumpre o papel de uma economia dependente. Assim, o crescimento das cidades latino americanas nada tem a ver com o aumento da dinâmica industrial, mas sim com um efeito do processo de êxodo rural (CASTELLS, 1973) e esse deveria ser considerado como uma teoria diferente daquela construída por pensadores europeus (CASTELLS, 1983). Esse panorama da “marginalidade” assume assim especialidades da urbanização de um capitalismo periférico, em relação a uma economia maior da qual ele é dependente desde os processos de colonização. Nesse sentido, o pensamento de uma economia política para as cidades, e para o urbano como um todo nos países latino americanos deve ser pensado de uma forma distinta daquelas desenvolvidas nos países centrais.

Palavras-chaves: Urbanização, cidades, capitalismo periférico, economia política.

Processos de urbanização em diferentes sociedades

O rápido processo de urbanização dos últimos quatro séculos pode ser considerado como uma das maiores transformações ocorridas no mundo a partir da expansão europeia e da consolidação do sistema capitalista. Esse também pode ser entendido como uma peculiaridade da organização da sociedade contemporânea, que contempla crescimento industrial e crescimento demográfico e a formação de grandes centros urbanos. Isso ocorre a partir da necessidade do capital - como relação social específica dessa época - de organizar os fatores de produção necessários para a sua própria reprodução, assim como formar o mercado consumidor para a sua realização. Antes disso, as cidades eram marcadas por uma divisão de classes - o sistema feudal de organização -, na qual se estabelecia um espaço específico onde a classe dominante se organizava para impor a apropriação do excedente através de uma relação militar (ENGELS, 2010).

Nesse contexto, a produção se dava em unidades descentralizadas localizadas fora dos espaços urbanos, ou seja, nos espaços rurais e o comércio era praticado esporadicamente quando se organizavam grandes feiras. Com o passar do tempo, esses comerciantes começam a fixar residência nos ambientes urbanos e organizar a produção por meio das cidades. Friedrich Engels, mesmo com as limitações analíticas da sua época – a carência de dados estatísticos e o uso demasiado de opiniões pessoais –, consegue relacionar, em '*A Situação da Classe Operária na Inglaterra*' ([1845] 2010), os efeitos da industrialização e da transformação urbana capitalistas. O retrato que Engels elabora da Inglaterra, precisamente Manchester no século XIX, reflete um cenário urbano extremamente pessimista no que diz respeito ao avanço das relações de trabalho capitalistas e o padrão de vida da classe operária nas cidades. Ao contrário da classe média (comerciantes, classe burguesa para Engels), operários são condicionados à residir em locais distantes das ruas principais (ENGELS, 2010). A urbanização não planejada de Manchester estabeleceu, para Engels, uma exclusão sistemática dos mais pobres na organização social da cidade, mas que mesmo assim se expandia e se estabelecia com o avanço da industrialização. Se no sistema de organização feudal, o servo "sacrificava-se ao senhor em tempos de guerra", "o operário", no modo de produção capitalista, "fá-lo em tempos de paz". O avanço dos centros urbanos, e as condições de vida à que são impostas a classe operária desvela o que Engels (2010, p. 220) denomina de uma servidão teológica, que apesar de não explícita aos olhos da sociedade, se concretiza na forma de organização das cidades.

Paralelamente, tal movimento de expansão das cidades demanda uma gama de novos serviços e incentiva a divisão do trabalho nesse novo ambiente. O campo vai perdendo sua autonomia e se especializando de forma a necessitar da cidade até mesmo para adquirir uma quantidade significativa dos alimentos consumidos no cotidiano, aumentando paulatinamente sua relação de interdependência com a cidade. Por fim, quando ocorre a passagem da manufatura para a grande indústria, a capacidade produtiva dada pelas altas escalas de produção fazem com que o meio urbano seja o motor da reprodução capitalista e determine as condições para o sistema como um todo.

O meio urbano passa a ser a sede do novo aparelho produtivo, a indústria (OLIVEIRA, 2013), enquanto o campo agora não pode mais ser pensado separadamente da cidade. Cabe dizer que esse processo de expansão urbana foi observado na Europa concomitantemente com o descobrimento das Américas. Logo, a estrutura de produção do 'novo mundo' não irá emergir de uma atividade camponesa e descentralizada como ocorreu na Europa e sim de forma imposta pelas relações sociais de circulação e acumulação já existentes e determinantes da divisão social do trabalho e no processo colonizador. Tais especificidades latino americanas podem ser observadas no ponto que, ainda para o período fordista, as cidades europeias conseguem um nível de produção emprego industrial com um tamanho de aglomerações urbanas significativamente menor (CASTELLS, 1973). Ou seja, o emprego urbano latino americano está mais ligado às atividades do terceiro setor, e, esse setor se apresenta totalmente diferente nessas cidades que nas cidades estadunidenses e europeias.

Nesse contexto, faz-se necessário salientar que a urbanização latina americana surge em um cenário marcado pela relação centro-periferia no qual essa última cumpre o papel de uma economia dependente. Assim, o crescimento das cidades latina americanas nada tem a ver com o aumento da dinâmica industrial, mas sim como um efeito do processo de êxodo rural (CASTELLS, 1973) e esse deveria ser considerado como uma teoria diferente daquela construída por pensadores europeus (CASTELLS, 1983). Isso incorre em um problema de interpretação da questão na América Latina, e nas especificidades de cada país. Como é de costume, importam-se muitas teorias e com elas todas as especificidades do teorizador de ter desenvolvido tais pensamentos em um ambiente distinto por pensadores emergidos em uma problemática própria distinta daquela que se dá na periferia. É interessante notar que no ataque crítico a obra de Engels (2010), distintos autores (historiadores e cientistas sociais) utilizaram problemas analíticos para fundamentar, na verdade, uma crítica ideológica que

legitimava a industrialização e a sua classe representativa. Nas palavras de Hobsbawn¹ (ENGELS, 2010), autor que contribuiu na introdução da obra de Engels, pesquisas sociais estão condicionadas aos determinismos científicos promovidos pela sociedade burguesa, reproduzindo assim seus valores implicitamente. Com base nos trabalhos de Manuel Castells e Aníbal Quijano - que trataremos a seguir -, como aponta Singer (1990), não existiriam padrões científicos que julguem excessivo o grau de concentração urbana. A questão urbana, nesse sentido, pressupõe relações sociais complexas que podem permanecer ocultas a análises técnicas de pesquisas sociais que se promovem como obras científicas.

A formação das cidades europeias e latina americanas se dão em velocidades e objetivos bem distintos. Enquanto na Europa surgem pequenas cidades no entorno dos burgos que vão evoluindo ao longo de séculos, na América Latina o aparato colonial exige uma série de instituições para o seu próprio funcionamento que devem ser organizados no espaço da cidade. Francisco de Oliveira (2013, p. 37) acentua essas diferenças muito bem como na passagem abaixo:

“A questão dos aparelhos de Estado nos levaria imediatamente a pensar no estilo de uma reflexão do tipo que faz Richard Morse, por exemplo, de que as cidades da chamada América Ibérica eram cidades sobretudo burocráticas, ao contrário do paradigma que ele constrói para as cidades europeias, que são na verdade o centro da revolução burguesa”

O caso brasileiro ainda se torna mais específico dado que a formação dos primeiros núcleos urbanos se dá com base na ocupação do litoral não só como entreposto cartorial, mas também como base da exploração do interior². A cidade de São Paulo foge da característica litorânea, entretanto, cabe ressaltar que a motivação de sua criação se deu pela catequização do cativo e, posteriormente, seu crescimento esteve totalmente atrelado ao apoio às bandeiras. Inclusive, nota-se que as expedições rumo ao sertão vão criando núcleos urbanos ao longo dos caminhos abertos (GODOY, 2011)³.

Tal lógica de formação das cidades brasileira apenas é quebrada com a descoberta das minas no século XVIII, em que, um grande número de trabalhadores liberais portugueses

¹ O economista e historiador inglês, estudioso da situação operária inglesa, elaborou o prólogo da versão de portuguesa de 1975 da obra de Engels, *‘A situação da classe operária na Inglaterra’*, da Edição Afrontamento.

² Oliveira (2013) pontua o caso de Recife na década de 1970 e como esse espaço urbano ainda organiza uma série de serviços para o interior de todo Pernambuco, que se apresenta como um ermo do desenvolvimento econômico social. O mesmo poderia ser observado para quase todas as outras capitais nordestinas, excetuando Teresina no Piauí.

³ Mogi das Cruzes (1611); Santana de Parnaíba (1625); Taubaté (1645); Jundiá (1655); Itu (1657); Sorocaba (1661) em São Paulo; e Iguape (1693) no oeste do Paraná são algumas das aglomerações fundadas mesmo antes da descoberta das minas por bandeiras (GODOY, 2011).

vem para a região na esperança de riqueza fácil proporcionada pela abundância de ouro (CARVALHO, 1998). A região se torna a mais dinâmica, mais povoada e mais urbana, quando se compara com as cidades que se desenvolviam na Europa. Entretanto, com o fim do ciclo do ouro, as cidades mais pujantes da região entram em declínio e a economia local, apesar de diversificar-se no século XIX, ganha caráter rural camponês com atividades de baixa produtividade do trabalho (GODOY, 1998). Esse grande coeficiente populacional da região das minas em decadência somado com a população nordestina interiorana⁴ cumpre um papel crucial para a modernização do aparato produtivo brasileiro, com todas as suas peculiaridades, após da revolução burguesa de 1930. Serão eles que formam boa parte da classe proletária e praticamente toda a população marginal, além de operários da construção civil. A população rural migrante sai exatamente dessas áreas assinaladas acima.

Esse contingente populacional serviu para inchar a população dos centros urbanos brasileiros. Todavia, como demonstrado por Castells (1973) e Quijano (1973), processos similares, arraigados de suas peculiaridades locais, foram observados em toda a América Latina no decorrer do avanço do capital imperialista sobre a região. As teorias de Castells e Quijano são interessantes ao ponto de poder relacionar os conceitos de marginalidade e dependência. Assim, desenvolvimento e subdesenvolvimento são posições estruturais dentro de uma mesma economia e não partes dicotômicas. A cidade de uma região subdesenvolvida, se constituirá de um modo diferente da cidade desenvolvida, sendo essa heterogeneidade uma necessidade para a reprodução do capital a nível global.

Castells (1973) define a marginalidade como as especialidades da urbanização de um capitalismo periférico, em relação a uma economia maior da qual ele é dependente desde os processos de colonização. Essa industrialização vinda de fora gera impactos modernizantes, porém descasados com as necessidades das populações de mais baixa renda da mesma forma que não busca integrá-la ao cerne das relações econômicas locais. O caráter assumido pela indústria nessas novas regiões de acumulação produz e demanda uma gama de atividades precárias específicas não demandadas nos centros, que gera uma massa de trabalhadores em níveis de desemprego disfarçado. Ainda se somam duas outras características a esse argumento. A população proveniente do campo via êxodo rural, não está preparada para as atividades econômicas do meio urbano. Essa população recém-chegada às cidades se aloca em zonas cuja terra tem menor valor e, na busca por trabalho de qualquer natureza,

⁴ Josué de Castro (1984), em 'A geografia da fome', já aponta como a população sertaneja vivia em constante migração e invadia as grandes cidades nordestinas quando ocorriam grandes secas. Essa mesma população foi utilizada em outros grandes empreendimentos da elite brasileira em associação com o capital internacional como é o caso do ciclo da borracha e a criação de Manaus, a 'metrópole da selva' (FURTADO, 2009).

estabelecendo-se uma grande oferta de serviços de baixa qualificação. Ainda hoje, pode-se observar que a elite, ou mesmo estratos da população de renda média, nos países periféricos, conseguem com muito mais facilidade contratar profissionais domésticos e demais atividades de baixíssima produtividade do que em países centrais, em que muitas dessas funções, inclusive, já foram extintas. O segundo ponto refere-se a relação que essa população recém chegada desenvolvia com o seu local de destino. Acostumados a uma vida simples no campo teriam agora que conviver em um grande espaço urbano e se organizarem como comunidade cosmopolita. Entretanto, isso se dava em um contexto de recursos financeiros e técnicos bastante reduzidos, o que gerava uma urbanização desorganizada, na qual problemas se multiplicavam e se tornaram corriqueiros. Isso é notado pela precariedade das residências, serviços de esgoto e limpeza, assim como a ocupação de áreas de risco de acidentes naturais. Contudo, essa aparente dicotomia entre o rural e o urbano é demasiadamente complexa no que diz respeito a demarcação dos seus efeitos sobre o crescimento das cidades, e o caso latino americano é notório nesse sentido justamente pelo seu passado colonial. Como destacado por Singer (1990) utilizando-se de dados censitários de diversas cidades de países da América Latina, as grandes tensões sociais, que se supunha existirem no campo, foram sendo levadas gradualmente pelos migrantes às cidades. Nesse sentido, os problemas rurais e urbanos deveriam ser pensados dentro de um contexto mais amplo que congregue ambos, de forma que a política exerce um papel fundamental na mediação das relações entre as distintas classes sociais e seus conflitos.

A abordagem de Quijano (1973) vai em direção de entender tal população marginal e qual seria a sua função no sistema de reprodução do capital que estava sendo desenhado. O autor observa que sempre existiu na economia capitalista uma parte da sociedade que não se integrava aos fluxos centrais de mercadorias e serviços do sistema, contudo, essa população vivia em lugares isolados e quase não era notada. Com a urbanização dessas pessoas de forma marginalizada e quando elas passam a comungar de um mesmo espaço urbano, afinal a cidade em última instância é a mesma para marginalizados e não marginalizados, os problemas passam a ser interdependentes. Tomando esse novo ambiente criado, nota-se o surgimento de relacionamentos sociais até então não observados, assim como modos de organização habitacionais totalmente específicos.

Esse autor ainda observa que a existência de cortiços e demais habitações de estruturas precárias como evidência que a existência de habitações de baixa infraestrutura não é uma característica específica e única das periferias das grandes cidades, mas ocorre também em suas zonas centrais abandonadas (QUIJANO, 1973). A partir dessa constatação, pode-se

dizer que uma parte da população marginalizada consegue, por um lado, aproveitar-se das vantagens da localização vivendo próximo aos centros dinâmicos da acumulação de capital, porém, em constante pressão de expulsão dado o potencial territorial da gentrificação⁵.

Quijano então formula suas observações em uma perspectiva para abordar ‘a economia dos marginais’, que não se apresentaria com nenhuma função direta no processo de acumulação do capitalismo, entretanto, totalmente interdependente ao núcleo central. Os empregos são, na sua maioria, informais e a demanda por produtos manufaturados é praticamente nula, sendo que essa última apenas é incentivada quando o governo decide por fazer algum tipo de política de transferência de renda ou políticas populistas (QUIJANO, 1973). Entretanto, Quijano nota que essas elites políticas se apropriam das medidas com o enfoque de distanciar o operariado organizado e sindicalizado das camadas populares marginalizadas por meio de confrontar suas demandas. Sendo assim, a burguesia conseguiria se manter no domínio político controlando tanto os operários sindicalizados, por ter seu movimento esvaziado, quanto a camada marginal da sociedade. Ademais, o Estado travando uma relação paternalista, tenderia a homogeneizar os espaços periféricos de modo a diminuir suas heterogeneidades culturais e eventuais movimentos de resistência à ampliação das forças capitalistas. Dessa forma, pode-se dizer que quanto mais heterogêneos forem os espaços periféricos em uma cidade maior a chance desses não se reconhecerem como uma parte de um todo explorado, dando maior facilidade ao Estado em cooptar interesses.

Nota-se que em ambos Castells e Quijano há uma leitura um tanto técnica das relações entre as classes no processo de crescimento urbano. Técnica, uma vez que ambos os autores promovem uma interpretação "generalizante" - na imposição dos conceitos de marginalidade e dependência - dos movimentos de urbanização ocorridos na América Latina. Singer (1990) identifica que não se trata de considerar que a leitura de Castells e Quijano estejam incorretas, mas que os autores promovem uma interpretação que, justamente por buscar ser generalizante, acaba sendo, em si, limitada. De fato, no decorrer do século XVIII mudanças regionais foram constituídas pela formação de grandes centros urbanos caracterizados pela grande aglomeração de indivíduos. Tais mudanças, entretanto, estão diretamente relacionadas às transformações dos modos de produção que levaram, a reboque, as demais mudanças urbanas. A produção em larga escala nas manufaturas, cerne do processo

⁵ Existem múltiplos exemplos que corroboram com esse ponto nos dias atuais. Dentre eles, pontua-se um que já se realizou em boa parte, o Projeto do Porto Maravilha no Rio de Janeiro e outro que segue em um processo de luta e pressão entre sociedade e a expansão do capital, a Vila Estelita em Recife. Ainda cabe ressaltar o ocorrido na cracolândia paulistana como o episódio mais emblemático desse ponto.

de industrialização de modo geral, ao mesmo tempo em que condiciona o crescimento populacional, orienta esse crescimento ao seu modo de reprodução na sociedade.

Nas palavras de Singer (1990), “as transformações da estrutura econômica”, promulgadas pelo processo de desenvolvimento, além de ocasionarem uma “rápida urbanização”, levaram também a uma forte “concentração urbana”. Em Singer, essa análise é bem explorada, mas com ressalvas justamente na questão da dependência e da marginalização, nos estudos dos processos de urbanização. Com base em Castells e Quijano, Singer identifica que esses conceitos levam à generalizações limitadas, principalmente no estudo da América latina:

“Seria difícil, se não artificioso, argumentar que o confisco dos bens da Igreja no México ou a abolição da escravidão no Brasil (tão retardada, apesar das pressões inglesas) tivessem decorrido de situações de dependência – claro que sempre é possível encontrar alguma relação entre a dependência e qualquer evento histórico que tenha ocorrido num país “dependente”, desde que se opere num nível de abstração suficientemente elevado. O que importa, no entanto, é determinar quais foram os fatores decisivos no desenrolar da história latino-americana neste período. Embora seja possível alinhar a dependência como um desses fatores numa série de eventos (a independência de Cuba, a criação do Panamá como país independente seriam alguns exemplos), o tamanho, a força e os interesses das várias classes e grupos regionais dentro de cada país e dos vários países em confronto foram certamente decisivos em muitos outros momentos.” (SINGER, 1990, p. 64)

Na interpretação de Singer podemos encontrar como a questão da dependência, atrelada às relações coloniais na história da América Latina, não deve superar a importância dos grupos de interesses “locais” que se alinham aos interesses externos dos países latino-americanos. A luta de classes configura, em níveis distintos de abstração, o conflito de interesses que marginalizam não apenas os países latino-americanos à condição de periferia do capitalismo, mas os próprios centros urbanos desses países, estabelecendo periferias no interior das cidades. A dependência, nesse sentido, se coloca de forma diversificada e possui meios diferenciados de penetração nos países, se confirmando tanto pelas relações tecnológicas, financeiras e de tomada de decisões econômicas. O que se denota como “nacional”, no caso dos países latino-americanos, é preciso ser entendido com cautela, haja vista as diversificadas formas de relações que se estabelecem entre o capital nacional e o capital estrangeiro. Um ponto fundamental para um melhor entendimento dessa relação, para Singer (1990, p. 82), está em identificar “tipo de organização do mercado monopolístico ou competitivo de cada setor produtivo”, sem prender-se, no entanto, ao entendimento técnico e econômico da relação entre os setores. Esse entendimento é presente em Quijano, de forma que o autor propõe, como solução, a constituição de um “capitalismo nacional” que promova

a "autonomia" dos interesses nacionais, para com isso superar as desigualdades e desequilíbrios entre as categorias (classes e setores, hegemônico e marginal) colocados como antagônicos (SINGER, 1990). A dicotomia entre tais categorias não é clara, de forma que há, em momentos distintos, alianças.

Segue-se que a especificidade do conflito de classes que é estabelecido quando se almeja conjuntamente alcançar novos empreendimentos produtivos, coloca o esforço de classes sociais distintas em prol de um objetivo em comum, como no caso de industrialização na "era Vargas" após a década de 1930. Conceitos amplos que operam em níveis de abstração elevados, e que geralmente são utilizados para retratar as mudanças urbanas nas diferentes sociedades, são, nesse sentido, limitados pelo contexto histórico e a especificidade social e regional de cada país. Tais conceitos colocam, de certa forma, um entendimento "técnico" sobre questões claramente sociopolíticas que catalisam internamente o conflito de interesses e reproduzem, mesmo que com as devidas contradições, a valorização do capital. E, de maneira mais clara em Singer (1990, p. 89):

"[...] embora haja relações causais significativas entre dependência e marginalidade, estas relações podem ser estudadas e analisadas de modo mais adequado num nível de maior concreção, em que a dependência deixa de ser a principal fonte de determinação social para se tornar um entre vários fatores que influem no desenvolvimento, na urbanização e na marginalização em sociedades como as latino-americanas."

Conforme já apontado no presente trabalho, a quatro séculos um rápido processo de urbanização vem ocorrendo em diversas sociedades. Paralelo a esse movimento, está o avanço da ciência moderna que busca, no empírico, validar-se como método único e universal de pensamento humano sobre o mundo objetivo, no qual predomina a questões técnicas e analíticas sobre tensões políticas e sociais. Se existe para Singer (1990, p. 67) limitações implícitas no determinismo dos conceitos da "economia vulgar" (vertente neoclássica do pensamento econômico, tida também como a ortodoxia econômica), há também, para Oliveira (2013, p. 68), o "marxismo vulgar", que ao colocar predominância à luta de classes não pensa do ponto de vista das suas relações com o Estado. Romper com determinismos sobre a representação das categorias econômicas e sociais torna-se, assim, uma exigência para melhor compreender os processos de urbanização das diferentes sociedades, e com isso evitar os determinismos arraigados, no que Engels denomina, à "ciência burguesa".

Nessa linha, o pensamento de uma economia política para as cidades e para o urbano como um todo nos países latino americanos deve ser pensado de uma forma diferente

daquelas desenvolvidas nos países centrais para buscar atingir as demandas provenientes da população local. Como o presente texto ainda demonstrou, mesmo que a construção desse novo pensamento possa ser realizada de modo conjunto, cada país terá que levar em consideração as suas especificações e, de forma mais contundente, o entendimento dos grupos de poder que se beneficiam da infraestrutura urbana posta, e das suas desigualdades.

Referências Bibliográficas:

CARVALHO, J. M. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CASTELLS, M. La urbanización dependiente em América Latina. In: CASTELLS, M. *Imperialismo y urbanización em America Latina*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973, p. 7-26.

_____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

CASTRO, J. *Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. Rio de Janeiro: Editora Antares, 1984.

ENGELS, F. Manchester: a situação da classe trabalhadora na Inglaterra. In: FERNANDES, F.(Org). *K. Marx, F. Engels*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

FURTADO, C. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.

GODOY, M. M. Dicionário das ocupações em Minas Gerais no século XIX, acompanhado de estudo histórico em torno da economia e sociedade mineira provincial. *Varia História*. Belo Horizonte: nº 15, p. 161-192.

GODOY, P. R. T. A cidade no Brasil - Período colonial. *Caminhos de geografia*. Uberlândia: v.12, nº. 38, p. 8-15.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. In: *Caderno de Debates 2. Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FASE, 2013, pp. 48-68.

QUIJANO, A. La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina. In: CASTELLS, M. *Imperialismo y urbanización em America Latina*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973, p. 141-166.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 12ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.